



Acesse nosso site!

## LEGISLATIVO CUIABANO

# Câmara de Cuiabá aprova alteração da Lei do Silêncio em sessão extraordinária



Durante sessão extraordinária a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou, com 24 votos favoráveis, o projeto de lei enviado pelo Executivo que altera a “Lei do Silêncio”. A proposta promove mudanças na regulamentação da poluição sonora, estabelecendo novas normas e critérios para fiscalizações e penalidades. **Pág 08**

### PARCERIA

## Cuiabá e Estado firmam acordo para agilizar concessão de licenciamentos ambientais



Página 03

### ELEIÇÕES 2026

## Medeiros diz que Pivetta e WF não devem recuar de disputar Governo



Página 06

### VÁRZEA GRANDE

## Prefeitura de Várzea Grande inicia reforma administrativa



Página 03

### GOVERNO

## Vereadora Maysa sugere Samantha como vice de Pivetta em 2026



Página 06

### ALMT

## Aprovado Projeto de Faissal que Cria Rede Estadual de Ajuda Humanitária em MT



Página 07

# Artigos

## Lula está em descompasso com o País

A ascensão das redes sociais revolucionou a comunicação, tornando-a imediata e global. Elas funcionam como um canal poderoso para a liberdade de expressão e manifestação, permitindo que cidadãos se organizem, compartilhem informações e denunciem abusos de forma rápida e muitas vezes fora do controle estatal tradicional. Isso cria o que alguns chamam de “dilema do ditador”: regimes autoritários precisam da internet para a economia, mas temem seu potencial de mobilização popular.

Por isso, muitos regimes autoritários hoje não apenas censuram e bloqueiam o acesso, mas também usam as próprias redes sociais para seus próprios fins: propaganda e manipulação da opinião pública, vigilância e repressão, mobilização de apoiadores, controle da narrativa, entre várias outras. Tais iniciativas tornaram-se evidentes, claras e transparentes aos olhos de um mundo cada vez mais conectado.

Temos visto também, ao longo da história, que quando o sistema judiciário de um país é cooptado e encharcado de ideologia, ele se torna uma ferramenta fundamental para o regime, validando sob o verniz da lei, ou seja, legalmente, as ações dos políticos de plantão.

### O fracasso do governo Lula

A desaprovação de um governo em uma democracia geralmente se manifesta quando há uma percepção de falhas significativas em áreas essenciais para o bem-estar da população. Isso inclui, mas não se limita a: problemas econômicos; corrupção; questões sociais; insatisfação com políticas específicas e polarização política e institucional.

É evidente que a desaprovação do governo do atual mandatário no Brasil está ligada, em grande parte, à percepção de um declínio no bem-estar econômico e a uma crise de confiança nas instituições (Ministério da Fazenda, INSS, Judiciário, Segurança Pública...).

Apesar da retórica e do investimento massivo em “pacotes sociais” — como Bolsa Família, Programa Pé-de-Meia, Auxílio Gás, Minha Casa, Minha Vida e Tarifa Social de Energia Elétrica e Água — que geram um custo monumental e insustentável a longo prazo para os cofres públicos, a estratégia governamental para a reeleição parece que tem se mostrado falha. Pesquisas reiteradas confirmam que, mesmo com a aposta nessas transferências de renda diretas, o desempenho do atual mandatário não decola, o que



levanta sérias questões sobre a eficácia de medidas que visam apenas o populismo eleitoral.

Para governos com as características do atual, a ineficiência é muitas vezes mascarada, ou até mesmo orquestrada, pela confusão e pelo caos. Quanto mais intrincadas e debatidas são as pautas, menos foco há nos problemas reais que afetam o cotidiano do cidadão e, ironicamente, naqueles que os programas sociais deveriam resolver. Exemplos claros dessa cortina de fumaça são a açodada e imprudente reforma tributária em andamento, a proposta de reforma do Código Civil, a discussão incessante sobre regras para as redes sociais, entre várias outras.

### A turbulência no país

Essas grandes movimentações legislativas podem desviar a atenção do desempenho aquém do esperado em áreas cruciais. A tática parece ser manter a agenda política e a mídia ocupadas com debates complexos e polarizadores, enquanto, apenas para exemplificar, a efetividade da gestão e a sustentabilidade fiscal são deixadas de lado. O objetivo final é claro: criar um ambiente de turbulência controlada que beneficie a narrativa governista, mas que, no fundo, apenas perpetua a falta de soluções concretas para os desafios do País, mantendo o projeto de poder que vem sendo implementado há anos.

**Eduardo Berbigier é advogado tributarista, especialista em agronegócio.**

## Mato Grosso não pode pagar a conta da nova taxa dos EUA

A decisão dos Estados Unidos de revisar e possivelmente aumentar tarifas sobre a importação de produtos estratégicos, como terras raras, minérios e commodities agrícolas, pode parecer, à primeira vista, um assunto distante, de relações internacionais. Mas não é. Essa discussão chega rapidamente ao produtor rural, ao empresário da mineração e ao exportador mato-grossense, que é quem realmente sente no dia a dia os impactos das barreiras comerciais.

Mato Grosso é protagonista da economia brasileira. Somos líderes no agronegócio e temos um enorme potencial mineral que começa a ser explorado com responsabilidade. Só que protagonismo também exige voz ativa. E é por isso que não podemos assistir passivamente à escalada de medidas protecionistas que ameaçam nossa competitividade global.

Em 2024, o Brasil exportou US\$ 337\* bilhões, sendo que os Estados Unidos representaram cerca de 16% desse total, com US\$ 40,3 bilhões em compras. Mato Grosso, responsável por 28% da produção nacional de grãos em 2020, tem na exportação uma de suas principais fontes de receita. A imposição de tarifas pode reduzir a competitividade dos nossos produtos no mercado americano, afetando diretamente

a economia estadual.

Além disso, a mineração em Mato Grosso, que inclui a produção de ouro, estanho e diamantes, também pode sofrer com essas medidas. O estado produziu 8,3 toneladas de ouro em 2017, com valor estimado em R\$ 1 bilhão. A imposição de tarifas sobre minérios essenciais pode dificultar o acesso ao mercado americano e impactar negativamente os investimentos no setor.

Hoje, mais de 85% do potássio usado pela agricultura brasileira vem de fora — principalmente da Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Marrocos e do Canadá. É uma dependência perigosa, que compromete nossa soberania alimentar. Ao mesmo tempo, projetos estratégicos, como o da Potássio do Brasil, vêm ganhando força justamente para romper esse ciclo. Precisamos apoiar essas iniciativas e blindá-las contra instabilidades externas.

O que está em jogo com a nova política tarifária dos EUA é muito mais que ba-



lança comercial. Estamos falando de empregos, renda e segurança econômica para milhares de mato-grossenses que vivem do que o estado produz. Um mercado fechado, tarifas elevadas e incertezas regulatórias representam perdas que começam na exportação, mas se espalham por toda a cadeia produtiva.

Diante desse cenário, é fundamental que o governo federal acompanhe de forma estratégica para mitigar os impactos dessas tarifas. É necessário buscar acordos comerciais que garantam o acesso dos nossos produtos aos mercados internacionais e incentivar a diversificação dos destinos das exportações brasileiras.

**Max Russi - Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso**

## Charge da semana



## A Enfermagem merece ser ouvida

No Brasil, diariamente, centenas de idosos sofrem algum tipo de violência, seja psíquica ou física. Um a cada dez idosos relata já ter sofrido algum tipo de agressão, em ambos os sexos, com destaque para o abuso psicológico. E o pior: a maioria dos casos registrados ocorre dentro de sua própria casa.

Entre as diversas formas de violência, as de origem financeira e patrimonial são as mais frequentes, causando danos materiais e emocionais significativos às vítimas.

Sou de uma época em que o respeito às pessoas mais velhas não era uma opção — era uma obrigação. Quando criança, tínhamos o dever de respeitar os pais, avós, bisavós ou qualquer outra pessoa mais velha. Isso era passado de geração para geração.

Hoje percebo um comportamento diferente nesta nova geração. Não generalizando, mas é certo que muitas pessoas já não priorizam mais uma boa educação — aquela que vem de berço, de casa mesmo.

Movido por uma profunda indignação, tenho proposto, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), diversas iniciativas voltadas diretamente ao público da terceira idade.

Uma delas é a Lei nº 12.076/2023, de minha autoria, que instituiu no Estado a campanha Junho Violeta, em referência ao Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.

Celebrada mundialmente em 15 de junho, a data tem como objetivo promover ações de mobilização, sensibilização, prevenção e conscientização da sociedade sobre todas as formas de violência contra os idosos.

Outras iniciativas minhas, que proporcionaram avanços na legislação estadual e também alcançam essa parcela da população, são:

- Lei nº 10.811/2019: instituiu a Semana Estadual do Esporte para Idosos;
- Lei nº 10.942/2019: criou o Programa de Prevenção a Quedas Acidentais;
- Lei nº 11.887/2022: tornou obrigatória a inclusão de telefone para denún-



cias em placas de vagas especiais;

• Lei nº 12.558/2023: criou a Política Estadual de Estímulo aos Cuidadores de Idosos.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa no Brasil cresceu, em média, 56% nos últimos 12 anos. Atualmente, em 2025, já são mais de 32 milhões de brasileiros e brasileiras com mais de 60 anos.

Precisamos dar um basta às ações de violência que, infelizmente, só aumentam a cada ano. Vale lembrar que existe um canal direto de comunicação para regis-

tro e posterior investigação pelas autoridades competentes, como a Polícia Judiciária Civil (PJC) e o Ministério Público Estadual (MPE): o Disque 100.

Os idosos de hoje foram os jovens de um passado não tão distante, que tanto fizeram pela família ou pela população de forma geral, seja na vida privada, seja atuando na esfera pública como servidores. Eles precisam e merecem ser valorizados.

Vamos respeitar a terceira — ou melhor — idade. Eles merecem o nosso amor e olhar carinhoso.

**Eduardo Botelho é deputado estadual.**



Av. São Sebastião, nº 4210, Bairro Santa Helena  
Cuiabá-MT - CEP: 78.045-000 - Fone: (65) 9.9812-0300 - (65) 99972-1477

Jornal Extra MT News

Razão Social: JB & Partners Assessoria e Comunicação LTDA.

CNPJ n.: 86.977.972/0001-56 - E-mail: extratnews@gmail.com

Site [www.extratnews.com.br](http://www.extratnews.com.br)

### Fundadores:

Pedro Barros (In Memoriam)  
Jean Barros

### Diretor Financeiro:

Leonardo Augusto

### Editor de Arte:

Riely Gaudie Lei Oliveira

### Jornalistas:

Nelli Tirelli  
Rafael Costa

### Colunista:

Evelyne Corrêa

### Repórter:

Nathália Monteiro

### Assessoria Jurídica:

Lauren Barros

### Social Media:

Eliana Costa

### Assessoria Contábil:

André Castilho  
Everaldo Negrão

### Distribuição:

Rodrigo Oliveira  
Maria Vitória

ENCERRAMENTO FORESTFIRE

# Congresso Internacional de Incêndios Florestais reforça compromisso global com a preservação

Da Assessoria

Encerrado nesta quarta-feira (18.6), o Congresso Internacional de Gestão de Incêndios Florestais promovido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso (CBMMT) teve início na segunda-feira (16), promovendo três dias de intensos debates, palestras e capacitações voltados à prevenção e combate aos incêndios florestais.

O evento reuniu especialistas nacionais e internacionais em Cuiabá, consolidando-se como um espaço fundamental para o compartilhamento de estratégias de manejo do fogo, inovação tecnológica e articulação entre instituições. A programação reforçou a urgência de ações coordenadas, principalmente diante dos desafios impostos pela estiagem.

Nesta quarta-feira, o congresso contou com a presença de importantes nomes do cenário internacional, como Alfredo Nolasco Morales, coordenador para a América Latina do Centro Interagências Canadense de Incêndios Florestais (CIFFC), e César Alberto Robles Gutiérrez, da Comissão Florestal Nacional do México, que abordaram as práticas adotadas em seus países no enfrentamento aos incêndios de grandes proporções.

Também palestraram Ramon Santos, responsável pelo Plano Estratégico

de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais da Arauco 2025 (Chile); Moisés Galán Santano, chefe de Coordenação Central na Catalunha (Espanha); Jordi Vendrell, da Fundação Pau Costa; Rodrigo Jorquera, gerente de proteção contra incêndios florestais da CONAF (Chile); e o Major Philippe Sallenave, representante da Defesa Civil da França e referência na doutrina europeia de combate aos incêndios.

A programação foi complementada por minicursos técnicos, entre eles o curso “Comportamento Extremo do Fogo e Segurança Pessoal”, ministrado pelo professor Dr. Domingos Xavier Viegas, da Universidade de Coimbra (ADAI), e o curso de “Estratégias e Táticas de Combate Aéreo em Incêndios Florestais”, com Áttila Machado de Oliveira, da FIRE.

Durante o encerramento do congresso, o comandante-geral do CBMMT, coronel BM Flávio Glêdson Vieira Bezerra, destacou a evolução do trabalho em incêndios florestais nos últimos anos e a importância de promover uma abordagem estruturada e integrada sobre o tema.

“Eu me lembro que há oito anos conversávamos sobre incêndios florestais, que aqui no estado olhávamos o incêndio florestal de forma sistemática e não apenas pontual. Fizemos proposituras e de-



finimos eixos importantes a serem fortalecidos para termos uma resposta mais adequada. Lembro de falarmos que era necessário estruturar os bombeiros militares do país, brigadas, normativas. E, olhando para este evento hoje, vejo que o que ele trouxe foi exatamente o que gostaríamos: trazer todas as temáticas de forma sistêmica, com palestras científicas, pesquisadores, novas tecnologias para

aplicar no cenário operativo e troca de experiências.”

Na oportunidade o comandante reafirmou o impacto positivo do congresso.

“Esse evento mostrou que é preciso. Nós esperamos que os senhores saiam com conhecimento, troca de experiências e conexões. Que esse evento possa mudar a sua empresa, o seu setor e o seu país. Que a nossa experiência

mostre para os países de vocês como o Brasil e o estado de Mato Grosso estão comprometidos com a preservação ambiental e com a temática dos incêndios florestais. Carreguem com os senhores que o nosso país tem pessoas engajadas e comprometidas com a causa.”

**Patrocínio**

O Forest Fire – Congresso Internacional de Gestão de Incêndios Flo-

restais conta com o patrocínio da empresa multinacional Forest Fire, da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja MT), da Aero Agrícola Rondon, do Fórum Agro e da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (Ampa), da empresa Vallfirest (VTF), da MSA Safety Incorporated – Produtos de Segurança Sofisticados (MSA), e da Cervejaria Louvada.

PARCERIA

## Cuiabá e Estado firmam acordo para agilizar concessão de licenciamentos ambientais



Ulisses Lajio

O prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini, e o vice-governador Otaviano Pivetta assinaram na tarde desta quarta-feira (18) um termo de cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT), que transfere ao município a competência para licenciar e fiscalizar 35 atividades que até então eram atribuições exclusivas do órgão estadual. A medida visa descentralizar as atribuições, reduzir a burocracia e agilizar a liberação de licenças para obras e empreendimentos na capital.

“Temos muitas obras no município, especialmente da iniciativa privada, que estão paradas por excesso de buro-

cracia. Com essa delegação, o processo fica mais direto e ágil. O empreendedor não precisará mais ir e voltar entre prefeitura e estado para conseguir avançar”, afirmou o prefeito Abílio. “Agora vamos poder licenciar postos de combustíveis, áreas com resíduos sólidos, loteamentos, entre outros, direto aqui no município”.

O vice-governador Otaviano Pivetta destacou a importância da aproximação entre a gestão ambiental e os cidadãos. “O município está mais perto do cidadão e é mais ágil. Essa delegação permite que os prefeitos e vereadores decidam localmente o que querem fazer, fortalecendo a verdadeira função do município”, afirmou. “A

exceção são as grandes indústrias com alto potencial poluidor, que continuam sob responsabilidade do estado”. A secretária estadual de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti, ressaltou que a transferência é fruto da estruturação da gestão ambiental municipal. “Cuiabá é o terceiro município a receber essa delegação, depois de Sinop e Sorriso. Isso só foi possível porque a capital investiu em sua equipe técnica. Quem ganha é a população, que terá mais rapidez nos processos, com atendimento centralizado na prefeitura”, disse. Ela também informou que a Sema continuará prestando suporte técnico e promovendo capacitações para garantir a qualidade dos licenciamentos.

VÁRZEA GRANDE

## Prefeitura de Várzea Grande inicia reforma administrativa

JOSÉ WALLISON E MARIANNA PERES

A Câmara Municipal de Várzea Grande aprovou, nesta quarta-feira (18), o projeto de lei que altera a estrutura básica administrativa do Poder Executivo do Município de Várzea Grande, para reorganizar os cargos em comissão vinculados ao Gabinete da Vice-Prefeitura. A ação faz parte da reforma administrativa do Poder Executivo que tem como objetivo adequar a máquina pública às demandas da segunda maior cidade de Mato Grosso, reduzir a alta concentração de contratos temporários e recompor quadro funcional, após várias baixas em razão de aposentadorias.

A Vice-Prefeitura foi a primeira a ter a reforma iniciada com os cargos de Assessor de Gestão (DNS-2), Superintendente (DNS-3), Coordenador (DNS-04), Assessor Jurídico (DNS-5) e assessor técnico (DNS-6).

A prefeitura de Várzea Grande tem o histórico de ofertar baixos salários, com defasagem de até 40% quando comparados a outras esferas do poder, e até mesmo, com funções e cargos idênticos no mercado formal de trabalho. Uma gestão que prima pelo conhecimento técnico, tem que fazer o dever de casa,



melhorando a estrutura de trabalho, e tão importante quanto, a remuneração, até mesmo para retenção de talentos.

Outro ponto que alicerça a necessidade da reestruturação é o acúmulo de defasagem salarial de anos e o longo período sem concurso público e processo seletivo. A Revisão Geral Anual (RGA), concedida no ano passado, foi de 3,86%, após dois anos sem reposição. Com relação aos seletivos, o último concurso público para provimento de vagas foi anunciado em 2017 e aplicado em 2018. Já são oito anos sem certame.

Além da Vice-Prefei-

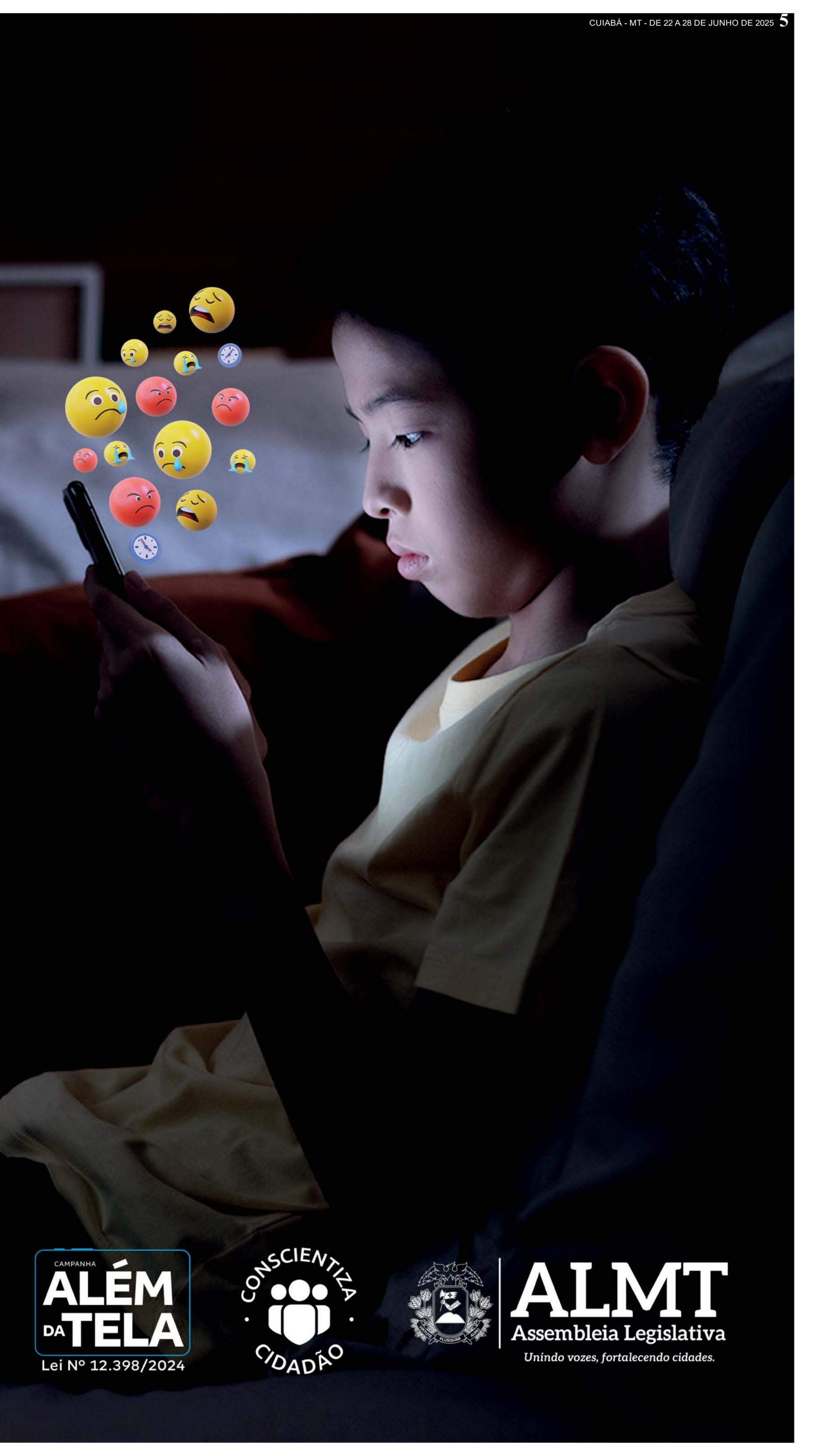
tura, o Executivo também elaborou projetos de Lei para promover a fusão da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária com a Secretaria Municipal de Planejamento – formando a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento – e o que cria as secretarias adjuntas da Mulher, da Inclusão DE Direitos Humanos e Cidadania – ligadas à secretaria de Assistência Social – e o que institui a coordenadoria municipal de defesa do consumidor - PROCON e Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – Condecon e institui o fundo municipal de defesa do consumidor – FMDC.

# Muitas horas de tela podem virar **muitos anos de prejuízos.**

Limite o tempo de tela dos seus filhos antes que as dificuldades de aprendizado e diversos outros impactos negativos apareçam.

TEMPO DIÁRIO DE TELA RECOMENDADO PARA CRIANÇAS*	
0 a 2 anos	nenhum contato
2 a 5 anos	até 1 hora por dia
6 a 10 anos	entre 1 e 2 horas por dia
11 a 18 anos	entre 2 e 3 horas por dia

\*Fonte Sociedade Brasileira de Pediatria



CAMPANHA  
**ALÉM  
DA TELA**  
Lei Nº 12.398/2024



**ALMT**  
Assembleia Legislativa  
*Unindo vozes, fortalecendo cidades.*

## ELEIÇÕES 2026

## Medeiros diz que Pivetta e WF não devem recuar de disputar Governo

O deputado federal José Medeiros (PL) disse acreditar que Wellington Fagundes (PL) e Otaviano Pivetta (Republicanos) disputarão a eleição para governador de Mato Grosso em 2026.

Segundo Medeiros, os dois resistem em recuar para tentar uma composição conjunta para o pleito.

“Nós tínhamos um primeiro cenário que as pessoas desenhavam: Pivetta, governador, Janaina Riva (MDB), vice, eu e Mauro ao Senado. E aí depois eu vi que eles deram uma rompida. Um rompimento total”, disse o deputado.

Medeiros, que é pré-candidato ao Senado Federal, avaliou que ambos já estão em pré-campanha. “Nesse momento, se eu tivesse que chutar, diria que está caminhando para cada um ter o seu projeto”, disse.

Medeiros também foi questionado sobre a possibilidade de Fagundes aguardar mais quatro anos para concorrer ao Governo. Segundo ele, o senador avaliou que este é o momento oportuno, com menores chances de “riscos eleitorais”.

De acordo com o deputado, Fagundes tem se posicionado alinhado às pautas defendidas pelo eleitorado bolsonarista, especialmente em relação às vota-



ções no Senado, o que, segundo Medeiros, melhora sua aceitação junto à direita. Ele citou a postura dele no escândalo do INSS como exemplo.

“Acredito que, na campanha, se Wellington mantiver essa postura, posicionando-se contra eventuais abusos de outros por-

deres e em defesa de pautas importantes para Mato Grosso, não vejo que haverá resistência muito grande”, disse.

Wellington vem adotando uma postura cada vez mais crítica em relação ao governo Lula e assinou o pedido da abertura da CPI do INSS.

## GOVERNO

## Vereadora Maysa sugere Samantha como vice de Pivetta em 2026



A vice-presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, vereadora Maysa Leão (Republicanos), defendeu o nome da primeira-dama e também vereadora Samantha Iris (PL) para ocupar o cargo de vice na chapa do vice-governador Otaviano Pivetta (Republicanos), na disputa ao governo de Mato Grosso em 2026.

A declaração foi feita quando a parlamentar foi questionada sobre a possibilidade de ela mesma ou da deputada estadual Janaina Riva (MDB) serem indicadas para a vaga. Maysa descartou a própria candidatura e mencionou que Janaina está decidida em disputar o Senado. Com isso, sugeriu o nome da esposa do prefeito Abílio Brunini (PL).

“Samantha foi a vereadora mais votada da Capital, com 7 mil votos, e é uma mulher preparada. Eu penso que o vice deve ser uma mulher. Se eu pudesse indicar, seria a primeira-dama de Cuiabá”, afirmou Maysa durante entrevista à Rádio Capital 101.9, nesta terça-feira (17).

A disputa pela composição da futura chapa ao governo do Estado já começa a movimentar os bastidores políticos, embora o pleito

ainda esteja distante. O nome de Samantha já vinha sendo cogitado nas articulações. Além da expressiva votação nas eleições municipais, ela também tem apelo entre eleitores da direita e do bolsonarismo, o que poderia fortalecer a composição da chapa de Pivetta.

Apesar da defesa de Maysa, o vereador Daniel Monteiro, também do Republicanos, tem uma opinião diferente. O parlamentar pontuou que a composição ainda depende de muito diálogo e seguir o trabalho do atual gestão estadual.

“Não tenho essa mesma defesa, porque isso nem está na mesa e na pauta. As eleições de 2026, a gente discute em 2026. O vice é a última pessoa que a gente vai discutir. Antes de discutir pessoas, temos que discutir o projeto. Qual o projeto que Daniel Monteiro tem? É dar continuidade da gestão Mauro Mendes, que tem sido muito eficiente. Melhorou a saúde, infraestrutura, e especialmente, a Educação que é minha área. Quem representa essa continuidade é o Otaviano Pivetta, quem vai ser o vice dele eu não. Acho que tem que ser uma pessoa que vai acrescentar na Chapa, independente de ser homem ou mulher”, pontuou.

## EM ALTA

## Bortolin diz que prioridade do MDB é lançar Janaina ao Senado

O presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM), Leonardo Bortolin (MDB), afirmou que a prioridade do partido para as eleições de 2026 é a candidatura da deputada estadual Janaina Riva (MDB) ao Senado.

“A prioridade aqui no Estado é sem dúvida a vaga ao Senado para a deputada Janaina Riva. É um projeto que hoje já ganhou uma proporção de Mato Grosso”, disse.

“A gente acredita realmente que com essas duas vagas, a Janaina tem uma candidatura consolidada”, acrescentou.

A sigla deve fechar uma federação com o Republicanos, partido do atual vice-governador Otaviano Pivetta.



## TUCANOS

## PSDB no limite da cláusula de barreira

Após avançar, o PSDB cancelou a fusão com o Podemos. Mas, de uma forma ou de outra, não ficará a sós para encarar as eleições gerais do próximo ano. A legenda tucana poderá fechar federação com outra sigla (negocia com Republicanos), ser incorporada ou fundida.

Principal referência do partido em MT, o deputado estadual Carlos Avalone (foto) admite que o PSDB, com 13 deputados federais, já está no limite da cláusula de barreira e precisa eleger mais de 20 à Câmara em 2026, daí a importância se ganhar musculatura, se juntando a outra agremiação. Independente disso,



Avalone considera que o partido terá chapa suficiente para assegurar uma cadeira na AL, podendo somar 100 mil votos e até buscar a segunda vaga. Entre os principais nomes estão

o dele próprio, do ex-prefeito de Sorriso, Ari Lafin, do ex-vereador de Sinop e suplente de deputado Adenilson Rocha e da também suplente Sheila Klener, de Rondonópolis.

## 2026

## PSD cogita Natasha Shlessarenko para o governo e avalia composição com esquerda



A médica Natasha Shlessarenko pode ser lançada como pré-candidata ao governo de Mato Grosso pelo PSD. A informação foi revelada pela jornalista Rafaela Fávoro, que destacou que o partido tem debatido internamente nomes para a disputa majoritária de 2026, incluindo articulações com forças de esquerda no estado.

“Nós temos dentro do PSD, ministro que vai à reeleição ao Senado – temos bons nomes, trabalhando dentro do PSD Mulher, Natasha seria um excelente nome a governadora”, afirmou Rafaela, ao comentar as discussões em curso na sigla, durante entrevista na manhã desta quarta-feira (18), em visita à Assembleia Legislativa.

Além de Natasha, o partido já conta com o nome do ministro da Agricultura, Carlos Fávoro, como pré-candidato à reeleição no Sena-

do. A disputa ao Senado em 2026 terá duas vagas, o que amplia o leque de possibilidades para as alianças.

Por isso, ao ser questionada sobre uma conversa para que a ex-deputada Rosa Neide (PT) desista da disputa ao Senado para deixar Fávoro como único candidato da esquerda em Mato Grosso, Rafaela, diz que são apenas conversas. “Só conversas, mas nada de imposição”, disse.

O nome de Natasha entra no circuito em um momento em que outros nomes do campo da esquerda já se organizam para uma possível candidatura ao Palácio Paiguás, como o caso do ex-prefeito de Rondonópolis, José Carlos do Pátio, que estaria estudando a saída do PSB para se filiar ao PV e viabilizar sua pré-candidatura ao governo.

TJMT

# Facebook é condenado por não remover perfis falsos no Instagram e terá que indenizar empresa

Flávia Borges

A Justiça de Mato Grosso manteve a condenação do Facebook Serviços Online do Brasil Ltda., responsável pelo Instagram, por não cumprir integralmente ordem judicial de exclusão de perfis fraudulentos na plataforma. A Quinta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), sob relatoria do desembargador Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro, confirmou o pagamento de R\$ 10 mil a título de indenização por danos morais, além da manutenção das demais penalidades fixadas na sentença de primeiro grau.

Uma empresa de e-commerce, que utiliza o Instagram como principal canal de vendas e divulgação, foi alvo de perfis falsos criados por terceiros, que usavam indevidamente sua marca e causavam prejuízos financeiros e à sua reputação. Apesar de notificado extrajudicialmente diversas vezes, o Facebook não providenciou a remoção completa dos perfis, obrigando a empresa a recorrer ao Judiciário.

A decisão de primeira instância determinou a exclusão de quatro perfis fraudulentos, especificando os links exatos de

cada um. Mesmo assim, a plataforma não retirou integralmente os perfis indicados e, após nova intimação judicial, permaneceu sem apresentar qualquer justificativa ou prova de cumprimento total da ordem.

No voto, o desembargador Saboia destacou que a “ordem judicial foi específica e individualizada, indicando de forma clara e precisa os endereços eletrônicos dos perfis fraudulentos a serem removidos”, afastando assim o argumento da empresa de que seria necessária uma identificação ainda mais detalhada das URLs.

O relator também reforçou a responsabilidade objetiva da plataforma ao afirmar que, mesmo intimado, o Facebook permaneceu inerte. “A omissão da apelante em cumprir integralmente a determinação judicial configura conduta própria, afastando a excludente de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiro”.

Ainda segundo o acórdão, a manutenção dos perfis ilícitos gerou danos à imagem e à credibilidade da empresa, o que caracteriza o dano moral. O desembargador citou entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual a pessoa jurídica é detentora de



honra objetiva e pode, portanto, ser vítima de dano moral. “A utilização indevida da marca por perfis fraudulentos,

somada à omissão na remoção, constitui ato ilícito capaz de gerar dano à imagem e à reputação da empresa”, frisou.

O relator considerou o valor fixado a título de indenização, de R\$ 10 mil, adequado, destacando que atende à dupla

finalidade de compensar o dano e desestimular a repetição da conduta. Processo nº: 1028846-98.2023.8.11.0041

## OPERAÇÃO PERFÍDIA

### STJ nega recurso e mantém Chico 2000 afastado do cargo de vereador

Da Redação

O Ministro Ribeiro Dantas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou pedido de liminar impetrado pela defesa do vereador afastado Chico 2000 (PL). O parlamentar entrou com habeas corpus para poder voltar ao cargo. Ele, e o também vereador Sargento Joelson (PSB) foram alvos da Operação Perfídia, deflagrada pela Polícia Civil em 29 de abril, que apura suposto esquema de pagamento de propina em troca da aprovação de matéria legislativa favorecendo a empresa que era responsável pelas obras do Contorno Leste.

Em sua decisão, o ministro destacou que a concessão de liminar em habeas corpus é medida excepcional só pode ser deferida quando houver evidente ilegalidade no ato questionado, o que, segundo ele, não ficou caracterizado no caso. “Não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida”, diz trecho.

O ministro ainda solicitou informações ao juízo de primeira instância e, posteriormente, que os autos sejam remetidos ao Ministério Público Federal (MPF) para emissão de parecer.

#### Operação Perfídia

Investigação da Deccor aponta que os vereadores Sargento Joelson e Chico 2000 teriam cobrado propina de empresa responsável em obra do Contorno Leste.

Segundo a Polícia Civil, a investigação começou no ano passado, após denúncia de que os dois vereadores teriam solicitado, a um funcionário da empresa responsável pela execução das obras do Contorno Leste, propina para a aprovação de matéria



legislativa que possibilitou o recebimento de pagamentos devidos pelo Município no ano de 2023.

Uma parte dos valores foi depositada em conta indicada por um dos vereadores, e há indícios de que a outra parte tenha sido paga em espécie ao parlamentar, no interior de seu gabinete na Câmara, onde as negociações teriam ocorrido.

No dia 29 de abril, foram cumpridas 27 ordens judiciais, sendo mandados de busca e apreensão, quebra de sigilo de dados telefônicos e eletrônicos, além de sequestro de bens, valores e imóveis, em desfavor de cinco investigados.

Chico 2000 e Sargento Joelson estão afastados do cargo por decisão judicial, proibidos de acessar as dependências da Câmara. Os salários voltaram a ser pagos por determinação da Justiça. Outros investigados — um empresário e dois funcionários da empresa — também estão proibidos de entrar no Legislativo Cuiabano e de manter contato entre si ou com testemunhas.

## ALMT

### Aprovado Projeto de Faissal que Cria Rede Estadual de Ajuda Humanitária em MT

Deputado destaca importância de resposta rápida em momentos de crise.

Na sessão plenária de quarta-feira (18), a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou, em redação final o Projeto de Lei nº 1061/2024, de autoria do deputado estadual Faissal Calil (Cidadania), que institui a Rede Estadual de Ajuda Humanitária. A nova legislação tem como objetivo organizar e coordenar ações emergenciais em situações de calamidade pública, como as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024.

A Rede Estadual de Ajuda Humanitária terá como principal função oferecer assistência emergencial a pessoas em vulnerabilidade devido a crises humanitárias. Entre as ações previstas estão a distribuição de insumos, alimentos, medicamentos e outros itens essenciais, além do suporte logístico para enfrentamento de emergências e calamidades públicas em Mato Grosso e em outros estados necessitados.

Segundo Faissal Calil, a Rede atuará em cooperação com órgãos estaduais, como a Superintendência de Proteção e Defesa Civil e secretarias responsáveis pela assistência social e direitos humanos. “As chuvas deixam muitas famílias desabrigadas e vulneráveis. O recente desastre no Rio Grande do Sul nos mostrou a importância de termos uma legislação preparada para essas ocorrências. Precisamos garantir segurança jurídica para que o Estado possa ajudar regiões afetadas por crises humanitárias”, destacou o parlamentar.

“Com essa rede, o Estado terá capacidade legal e operacional para agir de maneira estratégica, evitando improvisos e garantindo que a ajuda chegue onde for mais necessária”, explicou Faissal.



O projeto mato-grossense se inspira na legislação pioneira do Paraná, que sancionou, em 2024, a primeira Rede Estadual de Ajuda Humanitária do país, com abrangência nacional. O modelo paranaense mostrou-se eficaz em ações de socorro às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, servindo como referência para outros estados.

“Mato Grosso está se alinhando a um novo padrão de gestão de emergências, que valoriza a prevenção, a articulação e a solidariedade institucional”, destacou Faissal.

Após a aprovação em plenário, o projeto segue agora para sanção do governador Mauro Mendes. Caso sancionado, o Estado poderá regulamentar a criação da rede, estabelecendo protocolos de atuação, formação de estoques estratégicos e parcerias interinstitucionais.

Para Faissal, a aprovação do projeto representa um avanço na política de assistência social e defesa civil. “Essa é uma conquista da população. Estamos preparando Mato Grosso para enfrentar crises com dignidade, planejamento e humanidade”, concluiu.

CAPA

# Câmara de Cuiabá aprova alteração da Lei do Silêncio em sessão extraordinária

Durante sessão extraordinária desta quarta-feira (18), a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou, com 24 votos favoráveis, o projeto de lei enviado pelo Executivo que altera a “Lei do Silêncio”. A proposta promove mudanças na regulamentação da poluição sonora, estabelecendo novas normas e critérios para fiscalizações e penalidades. A votação ocorreu nesta quarta-feira (18).

De autoria do Executivo, o projeto foi apresentado em regime de urgência após discussões envolvendo empresários dos segmentos de bares, restaurantes e casas noturnas, moradores e representantes de entidades ambientais e culturais. A principal justificativa apresentada pela Prefeitura é a necessidade de equilibrar o direito ao sossego da população com a manutenção das atividades culturais e econômicas da cidade.

O projeto revoga a antiga Lei nº 3.819/1999. O texto altera os horários, limites de decibéis, tipos de eventos e penalidades. Entre as alterações propostas, três faixas de horário são modificadas: Período diurno: das 8h às 22h Período noturno: das 22h01 às 23h59 De 0h às 7h59, não será permitido qualquer som mecanizado ou eletrônico, como determina a faixa do silêncio.

Os limites de emissão de ruídos variam conforme a atividade prevista. Por exemplo: Festas caseiras, churrascos, som automotivo serão permitidos 60 decibéis durante o dia, 55 decibéis à noite e proibição total du-



rante a faixa de silêncio. Comércio com funcionamento diário como: bares, boates, restaurantes serão permitidos 75 decibéis de dia, 70 à noite e 60 na faixa de silêncio. Eventos ocasionais em locais abertos: até 85 decibéis durante o dia, com encerramento até 23h59.

Eventos especiais e culturais com licença prévia: até 90 decibéis, sem limitação de horário, desde que os picos não sejam contínuos.

O texto também fortalece as penalidades para quem descumprir os limites. As multas variam de R\$ 300 a R\$ 50 mil, além da possibili-

dade de apreensão de equipamentos, interdição de atividades e cassação de alvarás.

Ainda em sessão, três emendas apresentadas pelos vereadores Ilde Taques (PSB), Daniel Monteiro (Republicanos) e T. Coronel Dias (Cidadania) foram aprovadas, de forma oral, pelas Comissões de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e Meio Ambiente e Urbanismo (MAU).

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 374/2025 (PROCESSO 16992/2025)

O vereador Ilde Taques propôs nos Artigos 1º, o arti-

go 19, inciso III, que a apreensão de equipamentos ou instrumentos geradores de ruído será, exclusivamente, em caso de reincidência após a aplicação de advertência formal, observado o devido processo legal e garantida a ampla defesa.

Já no Artigo.2º Os parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do artigo 19 passam a vigorar com a seguinte redação: O responsável pelo equipamento apreendido poderá requerer sua devolução, desde que comprove, de forma acumulada: a regularização da situação que ocasionou a infração a assinatura de termo de com-

promisso de não reincidência e o pagamento integral das multas aplicadas.

Outro ponto é a obrigatoriedade da solicitação da devolução no prazo de 60 dias, contados da data da apreensão, ou, caso não haja identificação do proprietário no prazo de 30 (trinta) dias, o Município poderá dar ao bem a destinação social, preferencialmente mediante doação a instituições sem fins lucrativos com finalidades sociais, ou, subsidiariamente, promover sua alienação por meio de leilão público.

Será permitido ao proprietário do equipamento de som,

ao organizador do evento ou ao responsável pelo estabelecimento realizar autodenúncia quanto à ocorrência de poluição sonora, hipótese na qual não será aplicada multa. Contudo, a utilização do equipamento ficará suspensa até que sejam devidamente adequados os níveis sonoros permitidos pela legislação vigente.

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 374/2025 (PROCESSO Nº 16992/2025)

Proposta pelo vereador Daniel Monteiro, a emenda diz:

Art. 1º Modifica a redação do Parágrafo único do artigo 6º, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Parágrafo único. No que diz respeito ao disposto no inciso XI deste artigo, as apresentações que se qualificarem, nos termos do decreto, de grandes impactos com picos de poluição sonora que se aproximam de 90 dB com aferição em 50 metros do perímetro da propriedade em que se localiza o evento, terão as respectivas licenças avaliadas por um corpo técnico da secretaria competente, sendo que tais licenças não possuirão delimitação de horário, podendo ocorrer durante qualquer hora do dia e local, a exemplo de parques de exposição, arena de jogos e outras áreas afins, sendo que podem durar o dia todo, contudo a medição de 90 dB não poderá ser constante, somente sendo aceito como picos e não média de todo evento, salvo deliberação expressa da secretaria de acordo com a avaliação técnica do evento.

COM A APROVAÇÃO, O PROJETO SEGUE AGORA PARA SANÇÃO DO PREFEITO

## Paula comemora aprovação da Nova Lei do Silêncio e defende papel educativo do poder público

Nathany Gomes

A presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, vereadora Paula Calil (PL), comemorou a aprovação do Projeto de Lei nº 374/2025, que trata da atualização da Lei do Silêncio, revogando a antiga normativa nº 3.819/1999. Segundo ela, o papel do Poder Público vai além da fiscalização e da punição, devendo ter também um caráter educativo, que incentive a convivência harmoniosa entre os diferentes setores da sociedade.

Com 24 votos favoráveis, a proposta de autoria do Executivo Municipal estabelece novos critérios para o controle da poluição sonora na capital. A nova legislação reorganiza os segmentos, define a periodicidade de funcionamento e atualiza os limites de emissão de decibéis, de acordo com as especificidades de cada atividade econômica.

O texto foi construído em diálogo com os empreendedores locais, por meio de diversas reuniões, debates e audiências públicas, que permitiram a construção de um consenso entre os envolvidos.

Uma das principais lideranças do movimento em defesa da atualização da lei, ao lado da deputa-



do estadual Faissal Calil (PL), a vereadora Paula celebrou a conquista da categoria e destacou que a nova legislação representa um avanço importante no equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o direito ao descanso da população.

“As fiscalizações são fundamentais, mas a administração pública precisa

estar atenta aos dois lados. Dessa forma, garantimos o livre exercício das atividades econômicas, essenciais para a geração de emprego e renda, sem abrir mão do direito ao sossego das pessoas. Estabelecemos medições compatíveis com as funções e características de cada local. Essa era uma das minhas promessas de campanha, com

o apoio do deputado Faissal. Ouvimos a população, acolhemos as demandas e buscamos soluções. Hoje, com o apoio do prefeito Abílio e desta Casa de Leis, estamos entregando esse resultado tão esperado”, afirmou a presidente da Câmara.

A nova lei também estabelece penalidades mais rigorosas para casos de

descumprimento ou reincidência. As sanções incluem aplicação de multas que podem chegar a R\$ 50 mil, apreensão de equipamentos, interdição de atividades e até cassação de alvarás de funcionamento.

Principais pontos da Nova Lei do Silêncio:

- Período diurno: das 8h às 22h
- Período noturno: das

22h01 às 23h59

- Faixa de silêncio: da 0h às 7h59 – período em que será proibido qualquer som mecanizado ou eletrônico

Limites de emissão de ruídos, conforme a atividade:

- Atividades não licenciadas (festas caseiras, churrascos, som automotivo):

- 60 decibéis durante o dia

- 55 decibéis à noite
- Proibição total durante a faixa de silêncio

- Comércio com funcionamento contínuo (bares, boates, restaurantes):

- 75 decibéis durante o dia

- 70 decibéis à noite
- 60 decibéis na faixa de silêncio

- Eventos ocasionais em locais abertos:

- Até 85 decibéis durante o dia
- Encerramento obrigatório até 23h59

- Eventos especiais e culturais com licença prévia:

- Até 90 decibéis, sem limitação de horário

- Desde que os picos sonoros não sejam contínuos.

Agora, o projeto de lei segue para sanção na Prefeitura de Cuiabá. A expectativa é que seja promulgada nos próximos dias.